

CARLOS ALBERTO BUHRER MOREIRA – CAP QOPM

**O POLICIAL-MILITAR NO DESEMPENHO DE ATIVIDADES
DE POLÍCIA JUDICIÁRIA**

Monografia apresentada ao Departamento de Contabilidade, do Setor de Ciências Sociais Aplicadas, da Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de Especialista em Administração Policial.

Orientador: Maj QOPM Renato Jorge da
Silveira.

CURITIBA
2003

“Agradeço primeiramente a Deus, que guia e ilumina minha vida em todos os momentos.

Aos mestres que com camaradagem e amizade puderam repassar todos os ensinamentos com maestria e competência.

À Polícia Militar do Paraná e à Universidade Federal do Paraná que proporcionaram, numa perfeita parceria, os conhecimentos adquiridos durante o transcorrer do presente curso”.

"Dedico a presente monografia à minha esposa e meus filhos, pela compreensão e paciência nos momentos de afastamento do convívio do lar, sem os quais, a força para conduzir-me até o final desta jornada se tornaria muito mais difícil".

*“ Que vantagem levo em:
Ficar pensando na criança que já fui?
Quero ser criança AGORA!
Prender-me à adolescência que perdi?
Eu posso ser jovem AGORA!
Chorar as escolas que deixei?
Tenho chance de aprender AGORA!
Lamentar oportunidades de trabalho que não vi?
Eu posso realizar AGORA!
Ressentir-me de amigos que me desapontaram?
Escolho ter novos amigos AGORA!
Fechar-me porque sofri decepções?
Ouso ser confiante AGORA!
Prender-me ao passado que ficou lá atrás?
Vivo meu presente AGORA!
Preocupar-me com o futuro que não posso controlar?
Deixo-o nas mãos de Deus AGORA!”*

(Anônimo)

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

Art.	- Artigo;
CF	- Constituição Federal;
CLT	- Consolidação das Leis Trabalhistas;
CPC	- Comando do Policiamento do Interior;
DP	- Delegacia de Polícia;
DPC	- Departamento de Polícia da Capital;
DPM	- Destacamento Policial Militar;
ESPC	- Escola Superior da Polícia Civil;
Jan.	- Janeiro;
Jul.	- Julho;
OPM	- Organização Policial Militar;
p.	- Página;
PM	- Policial-Militar;
PMPR	- Polícia Militar do Paraná;
PR	- Paraná;
SESP	- Secretaria de Segurança Pública;
Set.	- Setembro;
TJSP	- Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo;
UFPR	- Universidade Federal do Paraná;

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS	iii
DEDICATÓRIA	iv
EPÍGRAFE	v
LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS	vi
SUMÁRIO	vii
RESUMO	ix
1 INTRODUÇÃO	1
2 METODOLOGIA.....	4
3 DESENVOLVIMENTO.....	7
3.1 SOBRE A CAPACITAÇÃO DOS SARGENTOS DA POLÍCIA MILITAR NA GESTÃO DA UNIDADE POLICIAL CIVIL (CURSO DE CAPACITAÇÃO: PROJETO Nº 598/03 DA ESCOLA SUPERIOR DE POLÍCIA CIVIL DO PARANÁ).....	7
3.1.1 Descrição.....	7
3.1.2 Justificativas.....	7
3.1.3 Objetivo Geral..	8
3.1.4 Objetivos Específicos	9
3.1.5 Objetivos das Atividades Complementares.....	9
3.1.6 Metodologia.....	10
3.1.7 Público Alvo.....	10
3.1.8 Avaliação.....	10
3.1.9 Critérios Básicos da Avaliação de Conteúdos.....	11
3.1.10 Composição Curricular.....	11
3.1.11 Visão Constitucional das Atividades da Polícia Militar.....	12
3.1.12 Visão Infraconstitucional das Atividades da Polícia Militar e Polícia Civil ...	12

3.1.13 Emprego da Polícia Militar no Campo da Segurança Pública	13
3.2 PERCEPÇÃO DOS COMANDANTES DE DESTACAMENTOS DA POLÍCIA MILITAR SOBRE A ACUMULAÇÃO DE CARGOS EM DELEGACIA DA POLÍCIA CIVIL	14
3.2.1 Desenvolvimento.....	16
3.3 A POSIÇÃO DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL SOBRE AS COMPETÊNCIAS DE MILITARES DOS ESTADOS, DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS	21
3.4 VISÃO DA REORGANIZAÇÃO DAS POLÍCIAS MILITARES E DOS CORPOS DE BOMBEIROS MILITARES DOS ESTADOS, DOS TERRITÓRIOS E DO DISTRITO FEDERAL, DECRETO-LEI Nº 667/69, ALTERADO PELO DECRETO-LEI N.º 2.010/83.....	22
3.5 REGULAMENTO PARA AS POLÍCIAS MILITARES E CORPOS DE BOMBEIROS MILITARES – R-200 - DECRETO-LEI 88.777/83	24
3.6 POSIÇÃO DA CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DO PARANÁ, SOBRE OS SERVIDORES PÚBLICOS MILITARES E A SEGURANÇA PÚBLICA.....	26
3.7 POSIÇÃO DO ESTADO DO PARANÁ SOBRE A ALOCAÇÃO DE SARGENTOS NAS DELEGACIAS, COM BASE NO DECRETO Nº 1557/2003....	27
3.8 QUESTIONAMENTO SOBRE A PERCEPÇÃO DOS CORONÉIS DE ÚLTIMO POSTO E DOS COMANDANTES DE UNIDADES SOBRE O DESEMPENHO DA FUNÇÃO DE ATENDENTES ÀS DELEGACIAS POR SARGENTOS DA ATIVA.....	29
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	41
5 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	43
6 ANEXO – ANTEPROJETO	44

RESUMO

MOREIRA, Carlos Alberto Bühner. **O Policial-Militar no Desempenho de Atividades de Polícia Judiciária**. Curitiba: 2003. 43 pp. Uma parte introdutória, demonstrando a situação atual em que vive a Polícia Militar e a Polícia Civil, considerando aspectos legais e a presença/ausência de delegados nas Delegacias de Polícia Civil, bem como a alocação de sargentos e subtenentes ocupando essas lacunas, através de Projeto Governamental. Passa na sequência o presente estudo a definir a metodologia que foi aplicada para a sua produção, e em seguida, adentrando na parte de desenvolvimento, foram abordados vários assuntos, como a Capacitação dos Sargentos da Polícia Militar na Gestão da Unidade Policial Civil, através do Projeto nº 598/03, considerando a sua descrição, justificativas, objetivo geral, objetivos específicos, objetivos das atividades complementares, metodologia, público alvo, avaliação, critérios básicos da avaliação de conteúdos, composição curricular, a visão constitucional e infraconstitucional, bem como o emprego da Polícia Militar no campo da Segurança Pública. Em seguida, pautou-se o presente estudo em definir a Percepção dos Comandantes de Destacamentos da Polícia Militar sobre a Acumulação de Cargos em Delegacias da Polícia Civil; a Posição da Constituição Federal quanto aos militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios, definindo assim as bases legais da aplicabilidade das ações de policiamento para a população. Tratou-se sobre o Decreto nº 667/69, alterado pelo Decreto-Lei nº 2.010/83 que reorganiza as Polícias Militares e os Corpos de bombeiros Militares dos Estados, dos Territórios e do Distrito Federal; o Decreto-Lei nº 88.777/83 que é o Regulamento para as Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares – R-200; que estabelece normas para a aplicação do Decreto-Lei nº 667/69, modificado pelo Decreto-Lei nº 1.406/75 e pelo Decreto nº 2.010/83. Colocou-se ainda, a posição da Constituição do Estado do Paraná sobre os servidores militares estaduais e a Segurança Pública; a posição do Estado do Paraná sobre as missões afetas à Polícia Militar e à Polícia Civil do Estado do Paraná. Logo após toda essa fundamentação teórica, passou este estudo a analisar os resultados obtidos na pesquisa quantitativa, através de questionários encaminhados aos Comandantes de Unidades da PMPR, bem como aos oficiais de último posto da Corporação, sobre essa ação de graduados nas Delegacias de Polícia Civil. Por fim, tratou o presente estudo em finalizar com suas considerações, em que aparecem também algumas propostas substitutivas à atual situação dessas delegacias com sargentos da ativa da Corporação. **Palavras-chave:** Delegacias, sargentos, delegados, Polícia Judiciária.

1 INTRODUÇÃO

Estamos passando por um período em que o Policial-Militar é cobrado ao extremo, no sentido de resgatar a boa imagem da Polícia Militar do Paraná.

No intuito de atender ao apelo da população pela aplicação dos seus direitos constitucionais, no contexto da segurança, orientação e proteção do cidadão, a Secretaria de Estado da Segurança Pública, assumiu de forma explícita sua parcela de responsabilidade na gestão da Segurança Pública, viabilizando ações integradoras entre a Polícia Civil e Polícia Militar, coerentes com o cenário atual, especificamente, em relação aos municípios paranaenses que não são sede de Comarca e, sobretudo, não dispõem de Delegado de Polícia de Carreira.

O decreto n.º 1557, de 09/07/2003, atribui a Subtenentes ou Sargentos combatentes da Polícia Militar, nos municípios em que o Departamento de Polícia Civil não contar com servidor de carreira para o desempenho das funções de Delegado de Polícia de Carreira, o atendimento nas Delegacias de Polícia.

Os Policiais-Militares designados na forma desse Decreto serão submetidos a curso que os habilite ao desempenho das atividades que exercerão, a ser promovido pelo Departamento de Polícia Civil.

Esse decreto deve acabar com a figura do delegado chamado: "calça-curta". Porém, esta medida tem gerado resistência dos Delegados de Carreira e a desconfiança entre os oficiais da reserva, que já viveram essa situação no passado.

Será válido o ato praticado por esses Policiais-Militares?

Segundo a Constituição Federal (art. 144, § 5º) e a Constituição Estadual (art. 48, "caput"), cabem às Polícias Militares a polícia ostensiva e a preservação da ordem pública, assim como a atividade de defesa civil através dos Corpos de Bombeiros, cabendo à Polícia Civil (art. 144, § 4º - CF e art 147 – CE) exercer as funções de polícia judiciária e a apuração de infrações penais, exceto as militares.

Indo ao encontro dos artigos das Constituições Federal e Estadual está o Decreto nº 2898,

de 19/05/1988 (art. 24), que prevê o exercício de atividade desempenhada por Policiais-Militares, em qualquer nível da estrutura organizacional da Secretaria

de Estado da Segurança Pública, desde que considerada de interesse do Governo do Estado.

Com base na legislação constitucional e infraconstitucional, esse assunto deverá ser alvo de muito estudo e discussão, pois inclusive é objeto de Ação Judicial proposta pela Associação dos Delegados de Polícia do Estado do Paraná.

Há que se considerar ainda que, como força auxiliar reserva do Exército Brasileiro (art. 144, § 6º - CF), os integrantes da Polícia Militar, são considerados Militares dos Estados (art. 42, § 1º), sendo alcançados pelas previsões Constitucionais do art. 142, § 3º, II e III, combinado com as previsões do Capítulo V do Decreto nº 88.777, de 30 Set 83, que prevêem a transferência para a reserva imediatamente no caso de *tomarem posse em cargo ou emprego público civil permanente*, e passagem à condição de agregado ao respectivo quadro, por *tomarem posse em cargo, emprego ou função pública civil temporária*, só podendo ser promovido por antigüidade, sendo depois de dois anos de afastamento, contínuos ou não, transferidos para a reserva, nos termos da lei, respectivamente.

A aplicação do efetivo da Polícia Militar no atendimento as Delegacias de Polícia é claramente um desvio de função que acarreta prejuízo à Corporação, pois além da falta do efetivo para as atividades de policiamento ostensivo-preventivo (ações – operações e patrulhamento) que é nossa atividade-fim, ainda estaremos concorrendo ao desvirtuamento das atividades de todo o efetivo empregado nesses municípios, pois com certeza, com o passar do tempo, acabarão dando prioridade para o desempenho das atividades de polícia judiciária (entrega de intimações – carceragem de presos – escolta de presos – encaminhamento de materiais para perícia).

Pretendeu-se com este trabalho técnico-científico, disponibilizar aos policiais-militares conhecimentos que possam ser utilizados para assessorar o Poder Judiciário, sem que a sua prestação de serviço para a comunidade seja prejudicada; aos alunos, um conhecimento sistematizado da LEGISLAÇÃO DA POLÍCIA CIVIL, para auxiliá-los na ação da tarefa de assessoramento com eficácia, criando assim condições para uma melhoria contínua; no papel de assessores, capacitando-os para definirem objetivos e metas, como também o controle dos resultados. Enfim, proporcionar-lhes ampliação da EFICÁCIA PESSOAL, desenvolvendo habilidades de resolver situações de forma participativa, assumindo comportamento assertivo

em equipe, pela motivação no atendimento da comunidade, preservando os princípios da ética, cidadania e o respeito e proteção dos Direitos Humanos.

Pretendeu-se também possibilitar o conhecimento do TERMO CIRCUNSTANCIADO e seu correto preenchimento, em atendimento ao item B do Provimento 03/2001 CPC/DPC – Comando do Policiamento da Capital / Departamento de Polícia da Capital, através de CICLO DE PALESTRAS que garantam a abordagem de temas que complementam os conhecimentos necessários para a execução de suas funções.

Assim sendo, a Polícia Militar do Paraná cumprirá seu papel sem que haja desvio de sua principal função, que é a prevenção.

2 METODOLOGIA

Trabalho de pesquisa sustentado pela pesquisa documental e bibliográfica.

Foram solicitadas as percepções sobre o tema dos Comandantes das Unidades onde existe a figura do sargento como atendente nas delegacias, bem como a opinião de todos os Coronéis de último posto da Corporação.

Através de questionários com número e questões definidas, conforme abaixo:

As respostas foram de acordo com o número que melhor representa a opinião dos questionados;

Muito Bom								Muito Ruim
	+3	+2	+1	0	-1	-2	-3	

1. O desempenho de atividades atinentes à Polícia Civil, concomitantemente às atividades da PMPR é ...;
2. As informações sobre o relacionamento do Comandante do Destacamento Policial Militar com os demais funcionários da Delegacia de Polícia são ...;
3. As informações sobre o relacionamento do Comandante do Destacamento Policial Militar com o Poder Judiciário são ...;
4. Com o desenvolvimento da nova missão, a atividade de patrulhamento preventivo nas ruas ficou ...;
5. A influência do Comandante do Destacamento Policial Militar no direcionamento das ações de Polícia Civil é ...;

Muito Provável								Muito Improvável
	+3	+2	+1	0	-1	-2	-3	

6. Qual é a probabilidade da prestação de serviço preventivo ter sido prejudicada?
7. Qual é a probabilidade de ter a prestação do serviço preventivo se tornado menos confiável?
8. Qual é a probabilidade de estarem sendo utilizados recursos humanos (além do Comandante do Destacamento Policial Militar) e materiais da Polícia Militar do Paraná para a atividade de Polícia Judiciária?
9. Qual é a probabilidade da Polícia Militar estar sendo prejudicada no desempenho de sua atividade-fim?
10. Qual é a probabilidade do desvirtuamento da principal missão da Polícia Militar do Paraná (prevenção)?
11. Qual é a probabilidade do Comandante do Destacamento Policial Militar atribuir maior valor ao desempenho das atividades de Polícia Civil?
12. Qual é a probabilidade do Comandante do Destacamento Policial Militar desempenhar as duas missões sem prejuízo a uma delas?
13. Qual é a probabilidade do Comandante do Destacamento Policial Militar conhecer todas as implicações constitucionais e infraconstitucionais decorrentes do desempenho da nova missão?
14. Qual é a probabilidade do Comandante do Destacamento Policial Militar não estar satisfeito no desempenho da nova missão?
15. Qual é a probabilidade dos Policiais-Civis, demonstrarem insatisfação com a nova situação?

0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10

16. Qual a nota que daria para a prestação do serviço da Polícia Militar do Paraná antes de assumir a nova função na Delegacia?

17. Qual a nota que daria para a prestação do serviço da Polícia Militar do Paraná depois de assumir a nova função na Delegacia?

Na sequência, após preenchimento, os questionários foram recolhidos e o seu teor foi submetido a tratamento estatístico. O método utilizado na argumentação desta monografia foi o hipotético-dedutivo.

3 DESENVOLVIMENTO

3.1 SOBRE A CAPACITAÇÃO DOS SARGENTOS DA POLÍCIA MILITAR NA GESTÃO DA UNIDADE POLICIAL CIVIL (CURSO DE CAPACITAÇÃO: PROJETO Nº 598/03 DA ESCOLA SUPERIOR DE POLÍCIA CIVIL DO PARANÁ)

3.1.1 Descrição

Promoção de Curso de Capacitação de Sargentos da Polícia Militar do Paraná sobre a gestão da Unidade Policial Civil, aos indicados pelo Comando da Polícia Militar, para exercerem a atribuição de assessoramento nos trabalhos internos de unidade policial, em municípios que não dispõem de Delegado de Polícia de Carreira, que estão subordinados à estrutura do Departamento de Polícia Civil, representada pelas Autoridades: Delegados Divisionais, Subdivisionais ou Regionais. Ficando vedado o exercício de qualquer atividade inerente à função que decorre de cargos específicos de carreira da Polícia Civil, em destaque o cargo de Delegado de Polícia, em conformidade com o Provimento nº 3/2001 – Corregedoria da Polícia Civil/DPC.

3.1.2 Justificativas

No intuito de atender ao apelo da população pela aplicação plena dos seus direitos constitucionais, no contexto da segurança, orientação e proteção do cidadão, a Secretaria de Estado da Segurança Pública assumiu de forma explícita sua parcela de responsabilidade na gestão da Segurança Pública, viabilizando ações integradas entre a Polícia Civil e a Polícia Militar, coerentes com o cenário atual, especificamente, em relação aos municípios paranaenses que não são sede de Comarca e, sobretudo não dispõem de Delegado de Polícia de Carreira.

Será implementada, nesses municípios, uma medida inédita que visa suprir as Delegacias, em caráter temporário, (até que o Departamento de Polícia Civil possa dotar as Unidades Policiais de Recursos Humanos de seu Quadro Próprio)

através de uma nova dimensão das funções do Sargento da Polícia Militar, pela atribuição de assessoramento nos trabalhos internos da unidade policial, devendo proceder registro dos fatos e comunicá-los *incontinenti* à autoridade policial a que estiverem subordinados: Delegados Divisionais, Subdivisionais ou Regionais, que prosseguirão os trabalhos; elaboração dos Termos Circunstanciados de Infração Penal, desde que procedidos nos moldes do Provimento nº 5/99, item XVI (exame prévio da autoridade policial antes da remessa ao Judiciário).

A Escola Superior de Polícia Civil implementará o presente Projeto de Capacitação de Sargentos da Polícia Militar, tendo em vista que o serviço público de natureza policial, dada sua complexidade e importância, requer dos servidores policiais preparação prévia de estudos teóricos e práticos, para auxiliar a autoridade policial.

A premissa deste Curso é oportunizar a introdução de conhecimentos regimentais e gerenciais presentes na Organização Policial de modo a assegurar as condições basilares de preparo profissional que correspondam às exigências de proteção do cidadão pela correta aplicação das Leis, com ênfase na Cultura gerencial, fortalecendo o atendimento do cidadão, a racionalidade no modo de administrar a Unidade Policial, a definição de objetivos, a motivação dos profissionais e o controle dos resultados.

A estrutura da Composição Curricular busca mesclar os conhecimentos legais intrínsecos de Segurança Pública no Paraná, colocando o cidadão e seus direitos como foco dos serviços a serem desenvolvidos. Desde que aprovados pelos critérios de Avaliação, os Sargentos da PMPR serão considerados capacitados para a nova função de assessoramento na Unidade Policial Civil.

3.1.3 Objetivo Geral

Garantir aos Sargentos da PMPR conhecimentos que criem condições de exercício da função de assessoramento das atividades de polícia judiciária, com ênfase na formação de espírito de cooperação, síntese do esforço da correlação das exigências do saber e as necessidades demandadas socialmente e em consonância

com as determinações emanadas da autoridade policial a que estiverem subordinados: Delegados Divisionais, Subdivisionais ou Regionais.

3.1.4 Objetivos Específicos

Garantir aos alunos o conhecimento sistematizado da **LEGISLAÇÃO DA POLÍCIA CIVIL**, enfocando o regime disciplinar que será requerido no desempenho de suas funções.

Criar condições para o desenvolvimento de habilidades sobre **GERENCIAMENTO DA UNIDADE POLICIAL CIVIL**, para que possam assumir o compromisso com a melhoria contínua de suas atividades como assessor, no sentido de definição de objetivos e metas como também o controle dos resultados.

Proporcionar ampliação da **EFICÁCIA PESSOAL**, desenvolvendo habilidades de resolver situações de forma participativa, assumindo comportamento assertivo em equipe, pela motivação no atendimento da comunidade, preservando os princípios da ética, cidadania e o respeito e proteção dos Direitos Humanos.

Sensibilizar os alunos para a importância do **ISOLAMENTO E PRESERVAÇÃO DE LOCAL DE CRIME**, a fim de que a investigação pericial possa reconstituir a dinâmica física do evento criminal ou confirmar, no procedimento investigatório, teses ali propostas.

Garantir o conhecimento do **TERMO CIRCUNSTANCIADO** e seu correto preenchimento, em atendimento ao item B do Provimento 03/2001 CPC/DPC.

Proporcionar informações através de **CICLO DE PALESTRAS** que garantam a abordagem de temas que complementam os conhecimentos necessários para a execução de suas funções.

3.1.5 Objetivos das Atividades Complementares

GESTOR DISCIPLINAR: Acompanhar as atividades dos Representantes da Turma, estimular a ação cívica, cooperativa e solidária entre os alunos, a observância dos regulamentos que protegem o bem-estar coletivo, a preservação do

espaço físico e o aprimoramento da harmonia entre os integrantes de turma, visando transformar a Escola em um espaço de vivência, de igualdade de direitos e recusa categórica de todo tipo de discriminação.

COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA: Assegurar a execução técnica do planejamento do Curso, organizando grade horária, seleção dos docentes, material didático, apresentação técnica do Projeto, aplicação e correção de provas, comunicações com alunos, mapas de notas e histórico escolar.

AVALIAÇÃO: Aplicar instrumentos que fornecerão indicadores para o aperfeiçoamento do Curso, quanto à organização, estrutura física, material didático e atuação dos docentes.

3.1.6 Metodologia

Uso intensivo de exemplos empíricos e análises de casos à luz do debate teórico;

Diagnóstico de problemas específicos;

Procedimentos didáticos para aulas expositivas dialogadas;

Sistema interativo, palestras, debates e trabalhos de grupo.

3.1.7 Público Alvo

Sargentos da Polícia Militar do Paraná indicados pelo Comando da Polícia Militar, para exercerem a atribuição de assessoramento nos trabalhos internos de unidade policial, em municípios que não dispõem de Delegado de Polícia de Carreira, que estão subordinados à estrutura do Departamento da Polícia Civil, representada pelas autoridades: Delegados Divisionais, Subdivisionais ou Regionais.

3.1.8 Avaliação

Avaliação dos alunos deverá ser **contínua e cumulativa**, realizada pelo professor, considerando a carga horária prevista na disciplina, com a utilização de provas escritas, de modo a se verificar o grau de aprendizagem do aluno bem como sua capacidade de articulação lógica das idéias, além dos exercícios realizados em sala de aula, objeto de avaliação diária.

3.1.9 Critérios Básicos da Avaliação de Conteúdos

Segundo o Estatuto da Polícia Civil e o Manual do Aluno da ESPC – Seção VIII, Capítulo VII, das atividades Escolares, será aprovado o aluno que obtiver no Curso de Capacitação de Sargentos da Polícia Militar do Paraná sobre Gestão da Unidade Policial Civil, simultaneamente, 90% de frequência e como Média Final, no mínimo, 60,0 (sessenta).

3.1.10 Composição Curricular

Legislação da Polícia Civil: Estrutura e Regulamento da Secretaria de Estado da Segurança Pública/DPC e Estatuto da Polícia Civil;

Gerenciamento da Unidade Policial Civil: Estrutura e Funcionamento da Unidade Policial, FUNRESPOL e Fundo Rotativo;

Eficácia Pessoal: Direitos Humanos, Ética e Cidadania, Qualidade em Serviço e Abordagem Sócio psicológica da Violência;

Termo Circunstanciado: Legislação e competência;

Nota-se, com base nestas informações sobre o Curso de Capacitação para os Policiais-Militares que assumiram o atendimento das Delegacias nos Municípios onde não há o Delegado de Carreira, que a Secretaria de Segurança Pública do Estado do Paraná procurou preparar estes PMs para a função que iriam desempenhar. Entretanto, o Decreto nº 1557/2003 vem de encontro às Legislações vigentes que determinam de forma explícita as funções da Polícia Militar e da Polícia Civil como veremos adiante:

3.1.11 Visão Constitucional das Atividades da Polícia Militar

– **Perturbação da Ordem** - abrange todos os tipos de ação, inclusive as decorrentes de calamidade pública que, por sua natureza, origem, amplitude e potencial possam vir a comprometer, na esfera estadual, o exercício dos poderes constituídos, o cumprimento das leis e a manutenção da ordem pública, ameaçando a população e propriedades públicas e privadas.

“Art. 144, CF - § 5º - Às polícias militares cabem a polícia ostensiva e a preservação da ordem pública; aos corpos de bombeiros militares, além das atribuições definidas em lei, incumbe a execução de atividades de defesa civil.”

Decreto-lei nº 667, de 02 Jul 69, alterado pelo Decreto-lei nº 2010, de 12 Jan 83, previu para as PPMM a EXCLUSIVIDADE no policiamento ostensivo.

Instituídas para a manutenção da ordem pública e segurança interna nos Estados, nos Territórios e no Distrito Federal, compete às Polícias Militares, no âmbito de suas respectivas jurisdições: a) executar com exclusividade, ressalvadas as missões peculiares das Forças Armadas, o policiamento ostensivo, fardado, planejado pela autoridade competente, a fim de assegurar o cumprimento da lei, a manutenção da ordem pública e o exercício dos poderes constituídos

3.1.12 Visão Infraconstitucional das Atividades da Polícia Militar e Polícia Civil

CONSTITUIÇÃO ESTADUAL Art. 47. A Polícia Civil, dirigida por Delegado de Polícia, preferencialmente de Classe mais elevada da Carreira, é instituição permanente e essencial à função de Segurança Pública, com incumbência de exercer as funções de Polícia Judiciária e as apurações das infrações penais, exceto as militares.

CONSTITUIÇÃO ESTADUAL Art. 48. À Polícia Militar, força estadual, instituição permanente e regular, organizada com base na hierarquia e disciplina militares, cabe a polícia ostensiva, a preservação da ordem pública, a execução de atividades de defesa civil, prevenção e combate a incêndio, buscas, salvamentos e

socorros públicos, o policiamento de trânsito urbano e rodoviário, de florestas e de mananciais, além de outras formas e funções definidas em lei.

Decreto Federal nº 88540, de 20 Jul 83, regulamentou a convocação da Polícia Militar, prevista no art. 3º do Decreto-Lei nº 667, de 02 Jul 69, alterado pelo Decreto-Lei nº 2010, de 12 Jan 83. Decreto-lei nº 88.777, de 30 Set 83, pormenoriza a legislação já citada (667 e 2010).

3.1.13 Emprego da Polícia Militar no Campo da Segurança Pública

POLÍCIA OSTENSIVA PREVENTIVA caracterizada, pelo exercício do poder de polícia administrativa, tendo na legislação específica, a definição de sua missão síntese, destacando-se: a de assegurar o cumprimento da lei; a preservação da ordem e o exercício dos poderes constituídos.

POLÍCIA OSTENSIVA REPRESSIVA ocorre quando há ruptura da Ordem Pública. Age repressivamente através da força e da energia necessárias para impedir tumultos e distúrbios, atuando como força de dissuasão, para restaurar a ordem pública.

EMPREGO NO CAMPO DA DEFESA TERRITORIAL:

A Polícia Militar atendendo à convocação do Governo Federal:

Quando se presume a hipótese de guerra externa e ameaça de invasão do território nacional, pode ser empregada na Defesa Territorial, em suas missões específicas de polícia militar.

NO CAMPO DA DEFESA CIVIL

Atua em dois objetivos: (com efetivo policial militar)

Nas ações de policiamento em geral;

Na interdição da área sinistrada;

No isolamento de zonas críticas ou perigosas;

Nas comunicações e colaboração nas ações de salvamento e retirada da população;

Através do efetivo do Corpo de Bombeiros nas ações de salvamento.

EMPREGO RESIDUAL DA POLÍCIA - Militar e Civil - (por Álvaro Lazzarini)

“Competência Residual”, decorrente de sua extensa competência na preservação da ordem pública.

1) o exercício de toda a atividade policial de segurança pública, não atribuída aos demais órgãos; e

2) a competência específica dos demais órgãos policiais, no caso de falência operacional deles, a exemplo de greves ou outras causas, que os tornem inoperantes ou ainda incapazes de dar conta de suas atribuições. Base doutrinária para o emprego da polícia militar

Analisemos uma forma de sanarmos o problema sem comprometer os serviços prestados pela PMPR, uma vez que esta está disponibilizando alguns de seus graduados para atuarem como atendentes em Delegacias onde não há Delegado de Carreira em municípios do Estado do Paraná.

Agentes de Polícia, Escrivães de Polícia e Sargentos da Polícia Militar, que se encontram aposentados poderiam passar por este treinamento administrado pela Polícia Civil e preencher temporariamente estes cargos na Polícia Civil, atuando como atendentes nessas Delegacias, pois reúnem um amplo conhecimento em Segurança Pública, pelo tempo que prestaram serviço ao Estado. Com esta atitude, teríamos a volta à atividade-fim dos Graduados da PMPR que estão ocupando esta função na Polícia Civil.

3.2 PERCEPÇÃO DOS COMANDANTES DE DESTACAMENTOS DA POLÍCIA MILITAR SOBRE A ACUMULAÇÃO DE CARGOS EM DELEGACIA DA POLÍCIA CIVIL

Segundo o prisma de um dos grandes estudiosos da Polícia Militar no Estado do Paraná, Cel PM RR Wilson Odirley Valla, esta destinação de policiais-militares em delegacias deve respeitar alguns preceitos legais, ou seja:

Para VALLA (2003, p.1):

"Analisaremos, neste despretensioso escrito, a acumulação de cargos ou atividades públicas em Delegacias de Polícia, notadamente por Sargentos da Polícia Militar, comandantes de Destacamentos Policiais-Militares, consoante as disposições inseridas pelo Decreto Estadual nº 1557, de 09 de julho de 2003. Assim sendo, é necessário, antes, porém transcrever as disposições mais controversas inseridas na determinação escrita do Governo Estadual:

Art. 1º - Nos municípios em que o Departamento de Polícia Civil não contar com servidor de carreira para o desempenho das funções de Delegado de Polícia de carreira, o atendimento nas Delegacias de Polícia será realizado por Subtenente ou Sargento da Polícia Militar.

Art. 2º

Art. 3º - O Comandante-Geral da Polícia Militar e o Delegado-Geral da Polícia Civil promoverão os atos necessários à seleção e indicação dos Policiais-Militares que exercerão as atividades previstas neste Decreto.

Art. 4º - Os Policiais-Militares designados na forma deste Decreto serão submetidos a curso que os habilite ao desempenho das atividades que exercerão, a ser promovido pelo Departamento de Polícia Civil.

Art. 5º - Os Policiais-Militares designados na forma deste Decreto, elaborarão o Termo Circunstanciado, realizarão o atendimento à população para o registro de ocorrências, encaminhando os respectivos documentos à Delegacia de Polícia da sede da Comarca.

Parágrafo único: Os atos realizados pelos Policiais-Militares no desempenho das atividades de atendimento nas Delegacias de Polícia ficarão sujeitos à fiscalização e controle do Delegado de Polícia da sede da Comarca.

Art. 6º - **Com relação às atividades próprias da Polícia Militar os Policiais-Militares designados para o fim deste Decreto ficam sujeitos às normas em vigor na Polícia Militar.** (grifou-se).

Art. 7º - Os Policiais-Militares designados para a atividade prevista neste Decreto perceberão a indenização de representação, prevista na letra "d", do artigo 26, na forma estipulada pelo artigo 27, ambos da Lei nº 6.417, de 03 de julho de 1973, mensalmente, em valor igual ao soldo da graduação que possuírem.

Já, à primeira vista, pelas expressões utilizadas em várias disposições do referido Decreto, percebe-se a intenção de driblar as restrições impostas, tanto pelas regras da legislação específica e própria vigentes.

3.2.1 Desenvolvimento

A Emenda Constitucional nº 18, de 05 de fevereiro de 1998, fez nítida distinção entre militares e servidores públicos. Embora ambos continuem sendo agentes públicos, somente esses últimos merecem o amparo das normas constantes dos artigos 37 a 41 da CF/88. Aqueles, os militares, têm sua disciplina regida no artigo 42, por se tratarem de integrantes das Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares, ou nos artigos 142 e 143, se forem integrantes das Forças Armadas.

Assim, também, em relação ao emprego na atividade-fim, cada órgão policial tem, a partir da CF/88, competência bem definida no seu artigo 144. Corroborando com tal posicionamento, assim se expressa o insigne Desembargador do TJSP, Álvaro Lazarini:

Em razão disso, ou seja, de sua investidura no órgão policial de segurança pública, os seus agentes públicos têm a correspondente autoridade na área de sua atuação. É nela e nos seus estritos limites constitucionalmente previstos, que devem exercer o Poder de Polícia, que legitima a sua ação. Aquele que entenda de exercer atribuição não decorrente da esfera de competência constitucional do órgão policial de segurança pública a que serve, ao certo, estará se havendo com excesso de poder ou desvio de poder, ou seja, com abuso de autoridade, sujeitando-se, pois, à responsabilidade criminal, civil e administrativa. (Da Segurança Pública na Constituição de 1988).

A interpretação sistêmica, segundo Ada Pellegrini Grinover, é necessária porque:

“os dispositivos legais não têm existência isolada, mas se inserem, organicamente, em um ordenamento jurídico, em recíproca dependência com as demais regras de direito que o integram, de modo que, para serem entendidas, devem ser examinadas em suas relações com as demais

normas que compõem aquele ordenamento e à luz dos princípios gerais que o informam.

Pois bem. Reza o artigo 6º do Decreto-lei nº 667, de 02 de julho de 1969, alterado pelo Decreto-lei nº 2.010, de 12 de janeiro de 1983:

.....
 § 8º - São considerados no exercício de função policial-militar os policiais militares ocupantes dos seguintes cargos:

- a) os especificados no Quadro de Organização ou de lotação a que pertencem;
- b) os de instrutor ou aluno de estabelecimento de ensino das Forças Armadas ou de outra Corporação Policial-Militar, no país ou no exterior;
- c) os de instrutor ou aluno de estabelecimentos oficiais federais e, particularmente, os de interesse para as Polícias Militares, na forma prevista em Regulamento deste decreto-lei.

§ 9º - São considerados também no exercício de função policial-militar, os policiais-militares colocados à disposição de outra Corporação Policial-Militar.

§ 10º - São considerados no exercício de função de natureza policial-militar ou de interesse policial-militar, os policiais-militares colocados à disposição do Governo Federal, para exercerem cargos ou funções em órgãos federais, indicados em regulamento deste Decreto-lei.

§ 11º - São ainda considerados no exercício de função policial-militar ou de interesse policial-militar, os policiais-militares nomeados ou designados para:

- a) Casa Militar do Governador;
- b) Gabinete do Vice-Governador;
- c) Órgãos da Justiça Militar Estadual.

Na sequência, preceitua o Decreto Federal nº 88.777, de 30 de setembro de 1983, regulamento de que trata o Decreto-lei, retromencionado, com referência à carreira policial-militar e o exercício, por policiais-militares, de cargo ou função:

Art. 16 - A carreira policial-militar é caracterizada por atividade continuada e inteiramente devotada às finalidades precípua das Polícias Militares, denominada "Atividade Policial-Militar".

....
 Art. 20 - São considerados no exercício de função policial-militar, os policiais-militares da ativa ocupantes dos seguintes cargos:

- 1) os especificados nos Quadros de Organização da Corporação a que pertencem;
- 2) os de instrutor ou aluno de estabelecimento de ensino das Forças Armadas ou

de outra Corporação Policial-Militar, no país e no exterior; e

3) os de instrutor ou aluno da Escola Nacional de informações e da Academia Nacional de Polícia da Polícia Federal.

Parágrafo único:- São considerados também no exercício de função policial-militar ou de interesse policial-militar, os policiais-militares colocados à disposição de outra Corporação Policial-Militar.

Art. 21 – São considerados no exercício de função de natureza policial-militar ou de interesse policial-militar, os policiais-militares da ativa colocados à disposição do Governo Federal para exercerem cargo ou função no:

1) Gabinete da Presidência da República e da vice-presidência da República;

2) estado-maior das Forças Armadas;

3) Em órgãos de informações do Exército.

§ 1º - São ainda considerados no exercício de função de natureza policial-militar ou de interesse policial-militar, os policiais da ativa nomeados ou designados para:

1) Casa Militar do Governador;

2) Gabinete do Vice-Governador;

3) Órgãos da Justiça Militar Estadual.

§ 2º - Os policiais-militares da ativa só poderão ser nomeados ou designados para exercerem cargo ou função nos órgãos constantes do §, deste artigo, na conformidade das vagas previstas para o pessoal PM nos Quadros de Organização dos respectivos órgãos.

Art. 22 – Os policiais-militares da ativa, enquanto nomeados ou designados para exercerem cargo ou função em qualquer dos órgãos relacionados nos artigos 20 e 21, não poderão passar à disposição de outro órgão.

Art. 24 – Os policiais-militares, no exercício de função ou cargo não catalogados nos artigos 20 e 21 deste Regulamento, são considerados no exercício de função de natureza civil. (Grifou-se) " (VALLA, 2003, p.2-3).

Pelas disposições da Legislação Específica, importa isso reconhecer que do militar estadual exige-se a dedicação à atividade policial-militar. Admite, ressalvado apenas, para aqueles casos catalogados na Lei e devidamente regulamentados, o exercício de cargos ou funções de natureza policial-militar ou de interesse policial-militar. Assim, fora isso, não pode o policial-militar exercer outra atividade laboral, salvo a de caráter transitória, que se refere apenas aos militares que, na época da

promulgação da Constituição Federal, acumulavam dois cargos privativos de médico. Deduz, pois, que a partir da vigência da CF/88, somente os militares-médicos que, antes de 05 de outubro de 1988, detivessem dois cargos ou empregos públicos, poderiam neles continuar trabalhando.

Um outro aspecto merece ser analisado: é o referente à demissão do militar que passar a exercer cargo ou emprego público. Como foi ressaltada, a atividade policial-militar deve ser exercida com exclusividade, salvo as exceções previstas legalmente. Logo, se o militar for nomeado ou designado para emprego público será demitido ou agregado, conforme os casos – se permanente ou temporário – previstos no inciso II e III, § 3º, artigo 142 da CF e aplicados, aos militares estaduais, por força das disposições contidas no § 1º, artigo 42 da própria CF. Para tanto, é forçoso conhecer as restrições acima mencionadas:

“Art. 142 -

§ 3º -

I -

II – o militar em atividade que tomar posse em cargo ou emprego público civil permanente será transferido para a reserva, nos termos da lei;

III – o militar da ativa que, de acordo com a lei, tomar posse em cargo, emprego, ou função pública civil temporária, não eletiva, ainda que da administração indireta, ficará agregado ao respectivo quadro e somente poderá, enquanto permanecer nessa situação, ser promovido por antigüidade, contando-se-lhe o tempo de serviço apenas para aquela promoção e transferência para a reserva, sendo depois de dois anos de afastamento, contínuos ou não, transferido para a reserva, nos termos da lei”.

É conveniente salientar que a expressão “emprego público”, aplica-se também, no caso de contratação de servidores públicos pela Consolidação das Leis de Trabalho – CLT -, o que se tornou possível a partir da Emenda Constitucional nº 19, de 04 de junho de 1998. Ademais, e também, consoante as disposições do inciso I e II, § 3º do artigo 142, a proibição de acumulação de cargos ou empregos públicos estende-se às autarquias, fundações e outros entes da Administração Indireta, não importando seja ela federal, estadual ou municipal. A expressão “permanente” refere-se aos cargos e funções de carreira das diversas categorias de funcionários públicos civis e não depende de livre escolha do chefe do poder executivo.

Por outro lado, as expressões “**nos termos da lei**”, inseridas nas disposições da CF, abrangem, além das regras da legislação federal aplicadas às polícias-militares, anteriormente descritas, também, no caso específico da transferência para a inatividade dos integrantes da Polícia Militar do Paraná, o que se acha determinado na Lei Estadual nº 1943, de 23 de junho de 1954 (Código da Polícia Militar), situação já admitida pela Administração, a exemplo do Parecer da PGE nº 008/2003, de 30 de setembro de 2003.

Como se não bastasse o que até aqui foi exposto, o artigo 107 do Código da Polícia Militar estabelece que: **“Ao militar, no exercício da profissão, é vedado fazer parte ativa de firma comercial, de empresa industrial de qualquer natureza, nelas exercer função ou emprego remunerado”**. A proibição constante no “caput” do artigo 107 revela, mais uma vez, o caráter de exclusividade da atividade militar, tanto que veda a participação do policial-militar na administração ou gerência de sociedade (porque nestas situações certamente exerceria atividade profissional), aliás, o que seria uma grande incoerência diante das restrições previstas para a cumulação de funções, cargos ou empregos na Administração Pública.

Outro fato que merece destaque, além do recente Decreto Estadual atribuir a Subtenentes e Sargentos combatentes o atendimento nas Delegacias de Polícia nos municípios que não contem com esse serviço de carreira da Polícia Civil, atribui, também, indenização de representação, prevista na letra “d”, do artigo, 26, na forma estipulada pelo artigo 27, ambos da Lei nº 6.417, de 3 de julho de 1973 (Código de Vencimentos da PMPR), cuja indenização, sem dúvida, é prevista para o exercício de cargo ou função policial-militar ou então daqueles considerados de natureza ou de interesse policial-militar. O que não pode se dizer da atividade de atendente de Delegacias de Polícia, cuja fiscalização e controle são de atribuições do Delegado de Polícia da sede da Comarca. Situação, aliás, caracterizando a disponibilidade do policial-militar em órgão estranho à Corporação. Situação, aliás, que poderá ser alcançada pela Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992 (Lei da Improbidade Administrativa). Neste particular, a Polícia Militar do Paraná já conta com outro precedente grave, ou seja, a extensão de Gratificação de Localidade Especial, mediante o Decreto nº 4472, de 19 de Julho de 2001, no valor de 130% sobre o soldo para os militares que exercem atividades correlatadas às de Agente Penitenciário. Já pelo mesmo Mandamento, para aqueles que exercem atividades de

Guarda Externa das Unidades Penais do Departamento Penitenciário, isto é, Policiamento de Guarda e com a devida previsão no Quadro de Organização da Corporação, o valor de tal gratificação é de apenas 60%. Portanto, **a atividade, indevidamente estendida, sujeita às restrições da legislação federal vigente é melhor retribuída, àquela considerada como inquestionável função policial-militar.**

Além disso, a atividade desempenhada pelos subtenentes e sargentos da Polícia Militar não é, segundo as normas da CF, temporária, mas sim permanente, pois está, no caso, substituindo servidor de carreira Polícia Civil e cumulativamente com as funções de comandante de Destacamento PM. Sem contar que, para integrar a carreira de Delegado de Polícia, é imperativo a respectiva investidura após a devida aprovação em concurso público. A bem da verdade, o Governo do Estado está utilizando, ao arrepio da Lei, os integrantes da Corporação para cobrir os claros de Delegados da Polícia Civil, além de outros já mencionados, postergando os necessários e urgentes concursos públicos e, assim, mantendo sob rigoroso controle as despesas com pessoal.

3.3 A POSIÇÃO DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL SOBRE AS COMPETÊNCIAS DE MILITARES DOS ESTADOS, DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS.

“Art. 42 – Os membros das Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares, instituições organizadas com base na hierarquia e disciplina, são militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios.

§ 1º - Aplicam-se aos militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios, além do que vier a ser fixado em lei, as disposições do art. 14, § 8º; do art. 40, § 9º; e do art. 142 §§ 2º e 3º, cabendo a lei estadual específica dispor sobre as matérias do art. 142, § 3º, inciso X, sendo as patentes dos oficiais conferidas pelos respectivos governadores”

“CAPÍTULO II

DAS FORÇAS ARMADAS

Art. 142 - As Forças Armadas, constituídas pela Marinha, pelo Exército e pela Aeronáutica, são instituições nacionais permanentes e regulares, organizadas com base na hierarquia e na disciplina, sob a autoridade suprema do Presidente da República, e destinam-se à defesa da Pátria, à garantia dos poderes

constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem.

.....

§ 3º - Os membros das Forças Armadas são denominados militares, aplicando-se-lhes, além das que vierem a ser fixadas em lei, as seguintes disposições:

.....

II – o militar em atividade que tomar posse em cargo ou emprego público civil permanente será transferido para a reserva, nos termos da lei;

III – o militar da ativa que, de acordo com a lei, tomar posse em cargo, emprego ou função pública civil temporária, não eletiva, ainda que da administração indireta, ficará agregado ao respectivo quadro e somente poderá, enquanto permanecer nessa condição, ser promovido por antigüidade, contando-se-lhe o tempo de serviço apenas para aquela promoção e transferência para a reserva, sendo depois de dois anos de afastamento, contínuos ou não, transferido para a reserva, nos termos da lei;"

"CAPÍTULO III

DA SEGURANÇA PÚBLICA

Art. 144 – A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos:

.....

IV – polícias civis;

V – polícias militares e corpos de bombeiros militares.

.....

§ 4º - Às polícias civis, dirigidas por delegados de polícia de carreira, incumbem, ressalvada a competência da União, as funções de polícia judiciária e a apuração de infrações penais, exceto as militares.

§ 5º - Às polícias militares cabem a polícia ostensiva e a preservação da ordem pública; aos corpos de bombeiros militares, além das atribuições definidas em lei, incumbe a execução de atividades de defesa civil.

§ 6º - As polícias militares e corpos de bombeiros militares, forças auxiliares e reserva do Exército, subordinam-se, juntamente com as polícias civis, aos Governadores dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios."

3.4 VISÃO DA REORGANIZAÇÃO DAS POLÍCIAS MILITARES E DOS CORPOS DE BOMBEIROS MILITARES DOS ESTADOS, DOS TERRITÓRIOS E DO

DISTRITO FEDERAL, DECRETO-LEI Nº 667/69, ALTERADO PELO DECRETO-LEI Nº 2.010/83.

"CAPÍTULO I

DEFINIÇÃO E COMPETÊNCIA

.....

Art 3º. *Instituídas para a manutenção da ordem pública e segurança interna nos Estados, nos Territórios e no Distrito Federal, compete às Polícias Militares, no âmbito de suas respectivas jurisdições:*

a) *executar com exclusividade, ressalvadas as missões peculiares das Forças Armadas, o policiamento ostensivo, fardado, planejado pela autoridade competente, a fim de assegurar o cumprimento da lei, a manutenção da ordem pública e o exercício dos poderes constituídos;*

b) *atuar de maneira preventiva, como força de dissuasão, em locais ou áreas específicas, onde se presume ser possível a perturbação da ordem;*

c) *atuar de maneira repressiva, no caso de perturbação da ordem, precedendo o eventual emprego das Forças Armadas;"*

"CAPÍTULO II

ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO

Art. 6º. *O Comando das Polícias Militares será exercida, em princípio, por oficial da ativa, do último posto, da própria Corporação.*

.....

§ 8º - *São considerados no exercício de função policial-militar os policiais militares ocupantes dos seguintes cargos:*

a) *os especificados no Quadro de Organização ou de lotação da Corporação a que pertencem;*

b) *os de instrutor ou aluno de estabelecimento de ensino das Forças Armadas ou de outra Corporação Policial-Militar, no país ou no exterior; e*

c) *os de instrutor ou aluno de estabelecimentos oficiais federais e, particularmente, os de interesse para as Polícias Militares na forma prevista em regulamento deste Decreto-Lei.*

§ 9º - *São considerados também no exercício de função policial-militar os policiais militares colocados à disposição de outra Corporação Policial-Militar.*

§ 10º - São considerados no exercício de função de natureza policial-militar ou de interesse policial-militar, os policiais militares colocados à disposição do Governo Federal, para exercerem cargos ou funções em órgãos federais, indicados em regulamento deste Decreto-Lei.

§ 11º - São ainda considerados no exercício de função de natureza Policial-Militar ou de interesse policial-militar, os policiais militares nomeados ou designados para:

- a) Casa Militar de Governador;
- b) Gabinete do Vice-Governador;
- c) Órgão da Justiça Militar Estadual.

§ 12º - O período passado pelo policial-militar em cargo ou função de natureza civil temporário somente poderá ser computado como tempo de serviço para promoção por antigüidade e transferência para a inatividade.

§ 13º - O período a que se refere o parágrafo anterior não poderá ser computado como tempo de serviço arregimentado."

3.5 REGULAMENTO PARA AS POLÍCIAS MILITARES E CORPOS DE BOMBEIROS MILITARES – R-200 - DECRETO-LEI Nº 88.777/83

Estabelece normas para a aplicação do Decreto-Lei nº 667, de 03 de Julho de 1969, modificado pelo Decreto-Lei n.º 1.406, de 24 de Junho de 1975, e pelo Decreto-Lei nº 2.010, de 12 de Janeiro de 1983.

"CAPÍTULO V

DO EXERCÍCIO DE CARGO OU FUNÇÃO

Art. 20 - São considerados no exercício de função policial-militar os policiais militares da ativa ocupantes dos seguintes cargos:

- 1) os especificados nos Quadros de Organização da Corporação a que pertencem;
- 2) os de instrutor ou aluno de estabelecimento de ensino das Forças Armadas ou de outra Corporação Policial Militar, no país ou no exterior; e
- 3) os de instrutor ou aluno da Escola Nacional de Informações e da Academia Nacional de Polícia Federal.

Parágrafo Único - São considerados também no exercício de função policial-militar os policiais militares colocados à disposição de outra Corporação Policial Militar.

Art. 21 - São considerados no exercício de função de natureza policial-militar ou de interesse policial-militar, os policiais militares da ativa colocados à disposição do Governo Federal para exercerem cargo ou função no:

1) Gabinete da Presidência e da Vice-Presidência da República;

2) Estado-Maior das Forças Armadas;

3) Serviço Nacional de Informações; e

4) Em órgãos de informações do Exército.

§ 1º - São ainda considerados no exercício de função de natureza policial-militar ou de interesse policial-militar, os policiais militares da ativa nomeados ou designados para:

1) Casa Militar do Governador;

2) Gabinete do Vice-Governador;

3) Órgão da Justiça Militar Estadual.

§ 2º - Os policiais militares da ativa só poderão ser nomeados ou designados para exercerem cargo ou função nos órgãos constantes do § 1º, deste artigo, na conformidade das vagas previstas para o pessoal PM nos Quadros de Organização dos respectivos órgãos.

Art. 22 - Os policiais militares da ativa, enquanto nomeados ou designados para exercerem cargo ou função em qualquer dos órgãos relacionados nos artigos 20 e 21, não poderão passar à disposição de outro órgão.

Art. 23 - Os policiais militares nomeados juizes, dos diferentes Órgãos da Justiça Militar Estadual serão regidos por legislação especial.

(1) - Alterado pelo Decreto nº 95/73, de 21 Out 87.

Publicado no Diário Oficial da União nº 201, de 22 Out 87.

Art. 24 - Os policiais militares no exercício de função ou cargo não catalogados nos artigos 20 e 21 deste Regulamento são considerados no exercício de função de natureza civil.

Parágrafo Único - Enquanto permanecer no exercício de função ou cargo público civil temporário, não

efetivo, inclusive da administração indireta, o policial-militar ficará agregado ao respectivo quadro e somente poderá ser promovido por antigüidade, contando-se-lhe o tempo de serviço apenas para aquela promoção e transferência para a inatividade e esta se dará, ex-officio, depois de dois anos de afastamento, contínuos ou não, na forma da lei.

Art. 25 - As Polícias Militares manterão atualizada uma relação nominal de todos os policiais militares, agregados ou não, no exercício de cargo ou função em órgão não pertencente à estrutura da Corporação.

Parágrafo Único - A relação nominal será semestralmente publicada em Boletim Interno da Corporação e deverá especificar a data de apresentação do policial-militar no órgão a que passou a prestar serviço e a natureza da função ou cargo exercido, nos termos deste Regulamento.

3.6 POSIÇÃO DA CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DO PARANÁ, SOBRE OS SERVIDORES PÚBLICOS MILITARES E A SEGURANÇA PÚBLICA

"CAPÍTULO III

Dos Servidores Públicos Militares

Art. 45. São servidores militares estaduais os integrantes da Polícia Militar.

.....

§ 2º - O Policial Militar em atividade que aceitar cargo ou emprego público civil permanente será transferido para a reserva.

§ 3º - O policial militar da ativa que aceitar cargo, emprego ou função pública temporária, não eletiva, ainda que da administração indireta, ficará agregado ao respectivo quadro enquanto permanecer nessa situação e só poderá ser promovido por antigüidade, contando-se-lhe o tempo de serviço apenas para aquela promoção e transferência para a reserva, sendo depois de dois anos de afastamento, contínuos ou não, transferido para a inatividade remunerada, com os direitos definidos em lei."

"CAPÍTULO IV

Da Segurança Pública

Art. 46. A Segurança Pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida, para a preservação da ordem pública e incolumidade das pessoas e do patrimônio, pelos seguintes órgãos:

I – Polícia Civil;

II – Polícia Militar.

Parágrafo Único. O Corpo de Bombeiros é integrante da Polícia Militar.

Art. 47. *A Polícia Civil, dirigida por delegado de polícia, preferencialmente da classe mais elevada, é instituição permanente e essencial à função da Segurança Pública, com incumbência de exercer as funções de polícia judiciária e as apurações das infrações penais, exceto as militares.*

§ 1º - *A função policial civil fundamenta-se na hierarquia e disciplina.*

.....

Art. 48. *À Polícia Militar, força estadual, instituição permanente e regular organizada com base na hierarquia e disciplina militares, cabe a polícia ostensiva, a preservação da ordem pública, a execução de atividades de defesa civil, prevenção e combate a incêndios, buscas, salvamentos e socorros públicos, o policiamento de trânsito urbano e rodoviário, de florestas e de mananciais, além de outras formas e funções definidas em lei. "*

3.7 POSIÇÃO DO ESTADO DO PARANÁ SOBRE A ALOCAÇÃO DE SARGENTOS NAS DELEGACIAS, COM BASE NO DECRETO Nº 1557/2003

"O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos incisos V e VI do art. 87 da Constituição Estadual, DECRETA:

Art. 1º. *Nos municípios em que o Departamento de Polícia Civil não contar com servidor de carreira para o desempenho das funções de Delegado de Polícia de carreira, o atendimento nas Delegacias de Polícia será realizado por Subtenente ou Sargento da Polícia Militar.*

Art. 2º. *Exigir-se-á para o desempenho da atividade referida no artigo anterior:*

I - que o Policial Militar pertença ao quadro de praças combatentes da Polícia Militar;

II - que possua o Curso de Formação de Sargentos;

III - que esteja, no mínimo, no bom comportamento;

IV - que não esteja sub judice e nem tenha sofrido condenação criminal durante a carreira;

V - que não responda a processo por improbidade administrativa ou tenha contra si ação promovida pela Fazenda Pública;

Art. 3º. O Comandante-Geral da Polícia Militar e o Delegado-Geral da Polícia Civil promoverão os atos necessários à seleção e indicação dos Policiais Militares que exercerão as atividades previstas neste Decreto.

Art. 4º. Os Policiais Militares designados na forma deste Decreto serão submetidos a curso que os habilite ao desempenho das atividades que exercerão, a ser promovido pelo Departamento de Polícia Civil.

Art. 5º. Os Policiais Militares designados na forma deste Decreto, elaborarão o Termo Circunstanciado, realizarão o atendimento à população para o registro de ocorrências, encaminhando os respectivos documentos à Delegacia de Polícia da sede da Comarca.

Parágrafo único. Os atos realizados pelos Policiais Militares no desempenho das atividades de atendimento nas Delegacias de Polícia ficarão sujeitos à fiscalização e controle do Delegado de Polícia da sede da Comarca.

Art. 6º. Com relação às atividades próprias da Polícia Militar os Policiais Militares designados para o fim deste Decreto ficam sujeitos às normas em vigor na Corporação.

Parágrafo único. A substituição do Policial Militar no comando do Destacamento Policial Militar imporá a sua dispensa da atividade prevista neste Decreto.

Art. 7º. Os Policiais Militares designados para atividade prevista neste Decreto perceberão a indenização de representação, prevista na letra "d", do artigo 26, na forma estipulada pelo artigo 27, ambos da Lei nº 6.417, de 3 de julho de 1973, mensalmente, em valor igual ao soldo da graduação que possuírem.

Art. 8º. A Secretaria de Estado da Segurança Pública cederá aos Destacamentos Policiais Militares, mediante termo de cessão de uso temporário, os prédios das Delegacias de Polícia municipais, os quais serão restituídos ao Departamento da Polícia Civil, sempre que se cumprirem as lotações de servidores Policiais Cíveis naquelas unidades, conforme as condições estabelecidas no artigo 1º deste Decreto.

Art. 9º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 10. Revogam-se as disposições em contrário.

Curitiba, em 9 de julho de 2003, 182º da Independência e 115º da República."

3.8 QUESTIONAMENTO SOBRE A PERCEPÇÃO DOS CORONÉIS DE ÚLTIMO POSTO E DOS COMANDANTES DE UNIDADES SOBRE O DESEMPENHO DA FUNÇÃO DE ATENDENTES ÀS DELEGACIAS POR SARGENTOS DA ATIVA

Os questionários foram direcionados aos Coronéis de último posto e aos Comandantes de Unidades onde estão sendo utilizados os Subtenentes e Sargentos, Comandantes de Destacamentos, no desempenho da função de atendentes das Delegacias de Polícia Civil nos municípios do Paraná que não contam com Delegados de Carreira. Deste, chegamos aos seguintes resultados:

01 - Objetivo: Verificar junto aos questionados, sobre o desempenho de atividades atinentes à Polícia Civil, concomitantemente às atividades da PMPR é...

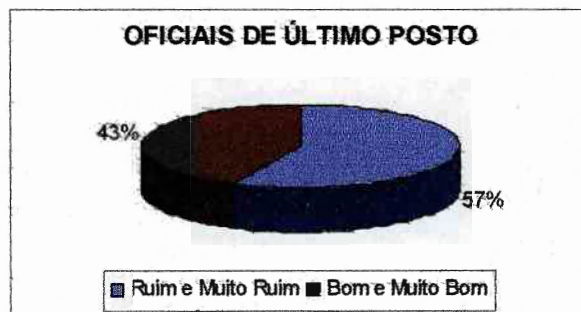
muito bom

+	+	+	0	-	-	-
3	2	1		1	2	3

muito ruim

Dos Comandantes de Unidades, 80% responderam que o desempenho variou entre ruim e muito ruim, e 20% responderam que o desempenho variou entre bom e muito bom.

Os oficiais de último posto, 57% responderam que o desempenho variou entre ruim e muito ruim e 43% responderam que o desempenho variou entre bom e muito bom.



02 - Objetivo: Verificar com os Comandantes dos Batalhões da Polícia Militar do Paraná, sobre o relacionamento do Comandante do Destacamento Policial Militar com os demais funcionários da Delegacia de Polícia é ...

muito bom

+	+	+	0	-	-	-
3	2	1		1	2	3

muito ruim

66% dos Comandantes de Unidades responderam que o relacionamento é bom, enquanto que 34% responderam que o relacionamento é ruim.

85% dos oficiais de último posto responderam que o relacionamento é bom, enquanto que 15% responderam que o relacionamento é ruim.



03 - Objetivo: Verificar com os Comandantes dos Batalhões da Polícia Militar do Paraná, sobre o relacionamento do Comandante do Destacamento Policial Militar com o Poder Judiciário é ...

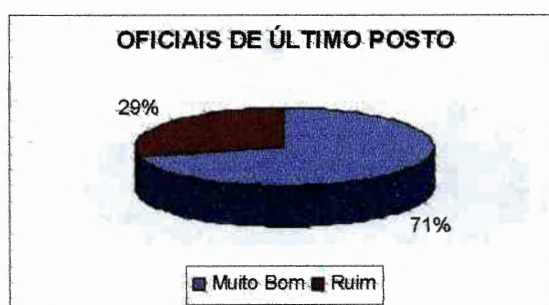
muito bom

+	+	+	0	-	-	-
3	2	1		1	2	3

muito ruim

93% dos Comandantes de Unidades responderam que o relacionamento é muito bom, enquanto que 7% responderam que o relacionamento é ruim.

Já quanto aos oficiais de último posto, 71% responderam que o relacionamento é muito bom. Enquanto que 29% responderam que o relacionamento é ruim.



04 - Objetivo: Verificar com os Comandantes dos Batalhões da Polícia Militar do Paraná, como ficou a atividade de patrulhamento preventivo nas ruas após o desenvolvimento da nova missão...

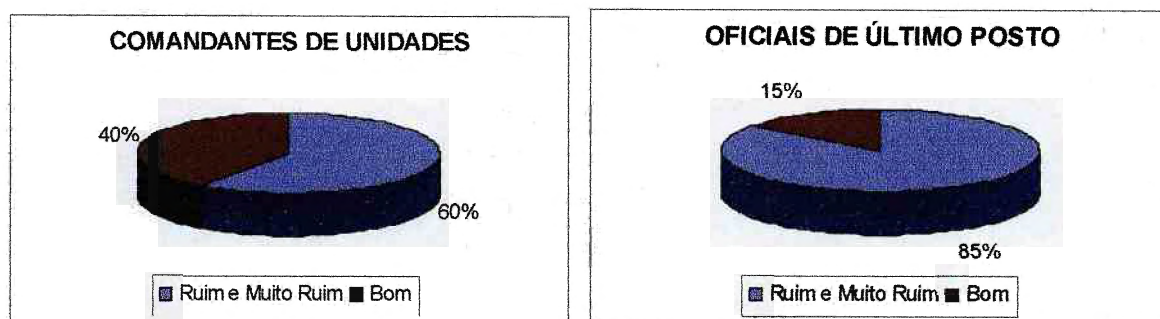
muito bom

+	+	+	0	-	-	-
3	2	1		1	2	3

muito ruim

60% dos Comandantes de Unidades responderam que o patrulhamento nas ruas ficou ruim ou muito ruim, enquanto que 40% responderam que o patrulhamento nas ruas permaneceu bom.

85% dos oficiais de último posto responderam que o patrulhamento nas ruas ficou ruim ou muito ruim, enquanto que 15% responderam que o patrulhamento nas ruas permaneceu bom.



05 - Objetivo: Verificar com os Comandantes dos Batalhões da Polícia Militar do Paraná, sobre a influência do Comandante do DPM no direcionamento das ações de Polícia Civil é ...

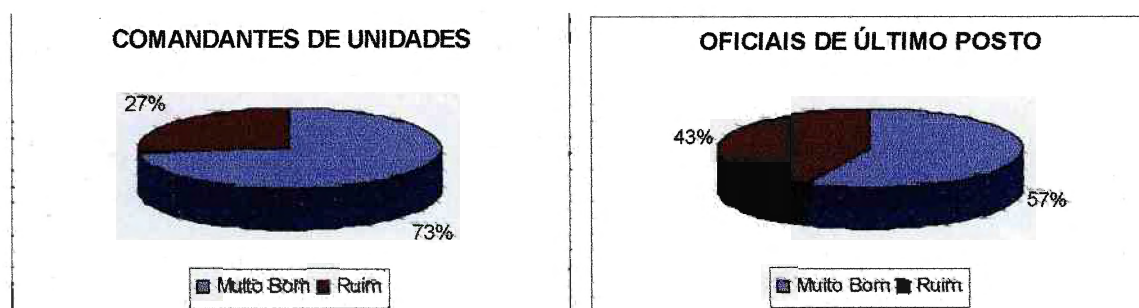
muito bom

+	+	+	0	-	-	-
3	2	1		1	2	3

muito ruim

73% dos Comandantes de Unidades acreditam que a influência dos Comandantes dos DPM é muito boa, enquanto que 27% responderam que é ruim.

Já os oficiais de último posto, 57% responderam acreditar que a influência dos Comandantes dos DPM é muito boa, enquanto que 43% responderam que é ruim,



06 - Objetivo: Verificar com os Comandantes dos Batalhões da Polícia Militar do Paraná, sobre a probabilidade da prestação de serviço preventivo ter sido prejudicada...

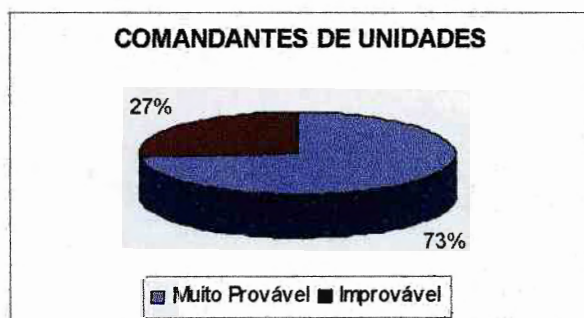
Muito provável

+	+	+	0	-	-	-
3	2	1		1	2	3

Muito improvável

73% dos Comandantes de Unidades responderam que é muito provável que a prestação de serviço tenha sido prejudicada, sendo que somente 27% responderam ser improvável.

71% dos oficiais de último posto responderam que é muito provável que a prestação de serviço tenha sido prejudicada, sendo que somente 29% responderam ser improvável.



07 - Objetivo: Verificar com os Comandantes dos Batalhões da Polícia Militar do Paraná, sobre a probabilidade da prestação de serviço preventivo ter-se tornado menos confiável...

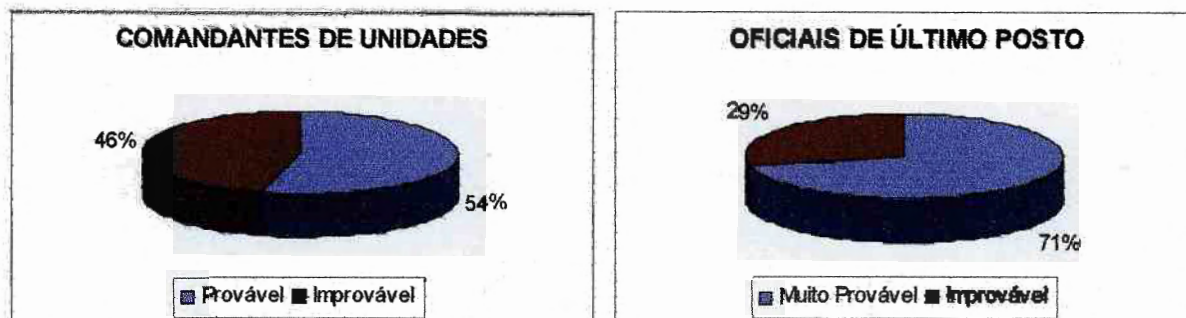
Muito provável

+	+	+	0	-	-	-
3	2	1		1	2	3

Muito improvável

54% dos Comandantes de Unidades responderam que é provável que a prestação de serviço tenha-se tornado menos confiável, enquanto que 46% responderam ser improvável.

71% dos oficiais de último posto responderam que é provável que a prestação de serviço tenha se tornado menos confiável, enquanto que 29% responderam ser improvável.



08 - Objetivo: Verificar com os Comandantes dos Batalhões da Polícia Militar do Paraná, sobre a probabilidade de estarem sendo utilizados recursos (além do Cmt do DPM) e materiais da PMPR para a atividade de Polícia Judiciária...

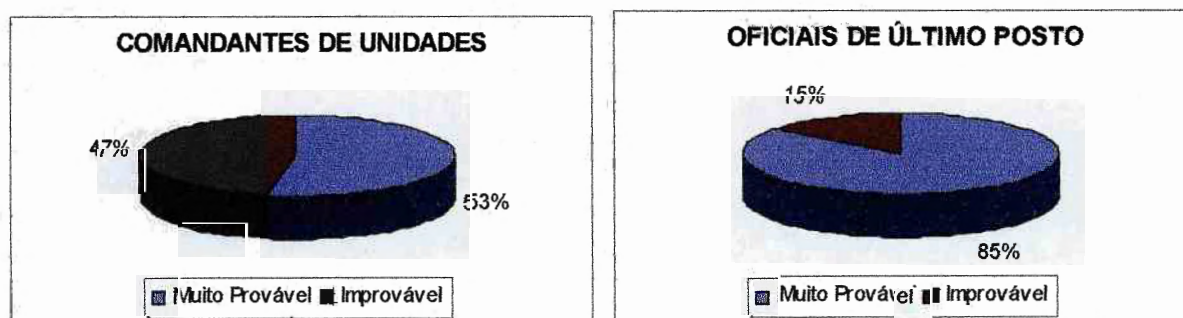
Muito provável

+	+	+	0	-	-	-
3	2	1		1	2	3

Muito improvável

53% dos Comandantes de Unidades responderam que é muito provável, sendo que 47% responderam ser improvável.

85% dos oficiais de último posto responderam que é muito provável, enquanto 15% responderam ser improvável.



09 - Objetivo: Verificar com os Comandantes dos Batalhões da Polícia Militar do Paraná, sobre a probabilidade da Polícia Militar estar sendo prejudicada no desempenho de sua atividade-fim...

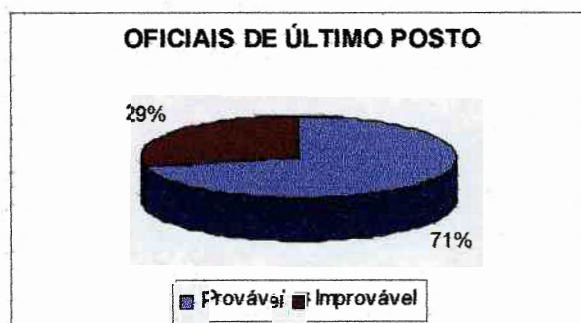
Muito provável

+	+	+	0	-	-	-
3	2	1		1	2	3

Muito improvável

60% dos Comandantes de Unidades responderam que é provável que a Polícia Militar esteja sendo prejudicada, enquanto que 40% responderam ser improvável.

71% dos oficiais de último posto responderam que é provável que a Polícia Militar esteja sendo prejudicada, enquanto que 29% responderam ser improvável.



10 - Objetivo: Verificar com os Comandantes dos Batalhões da Polícia Militar do Paraná, sobre a probabilidade do desvirtuamento da principal missão da PMPR (prevenção)...

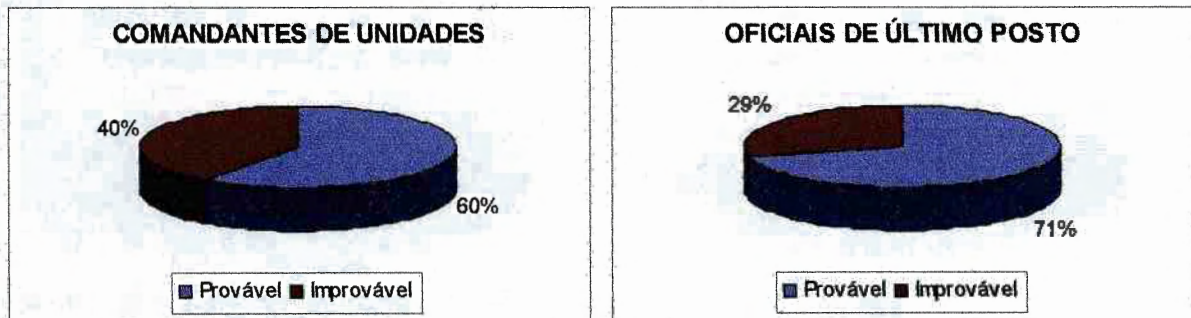
Muito provável

+	+	+	0	-	-	-
3	2	1		1	2	3

Muito improvável

60% dos Comandantes de Unidades responderam que é provável que haja desvirtuamento, sendo que 40% responderam que não há.

71% dos oficiais de último posto responderam que é provável que haja desvirtuamento, sendo que 29% responderam que não há.



11 - Objetivo: Verificar com os Comandantes dos Batalhões da Polícia Militar do Paraná, sobre a probabilidade do Comandante do DPM atribuir maior valor ao desempenho das atividades de Polícia Civil...

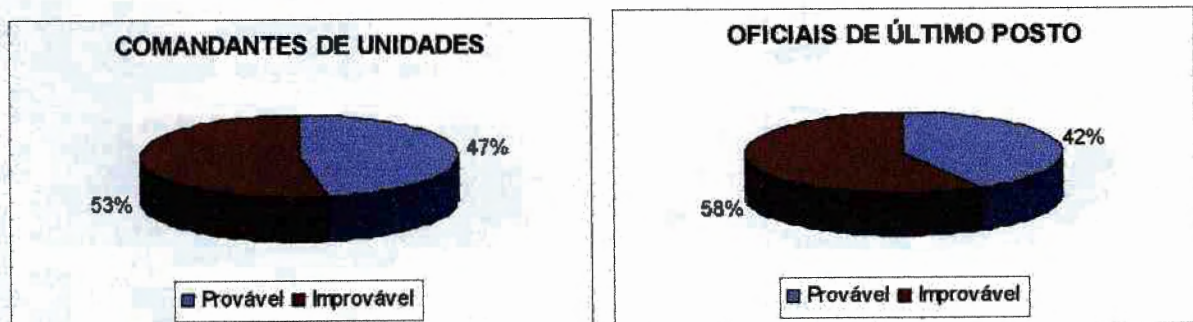
Muito provável

+	+	+	0	-	-	-
3	2	1		1	2	3

Muito improvável

53% dos Comandantes de Unidades responderam que é improvável que o Comandante do DPM atribua valor maior, sendo que 47% responderam ser provável.

58% dos oficiais de último posto responderam que é improvável que o Comandante do DPM atribua valor maior, já 42% responderam ser provável.



12 - Objetivo: Verificar junto aos Comandantes dos Batalhões da Polícia Militar do Paraná, sobre a probabilidade do Comandante do DPM desempenhar as duas missões sem prejuízo a uma delas...

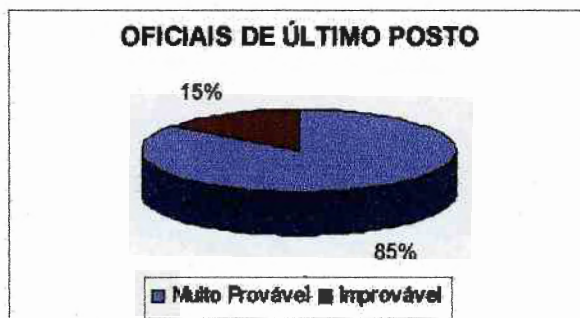
Muito provável

+	+	+	0	-	-	-
3	2	1		1	2	3

Muito improvável

47% dos Comandantes de Unidades responderam que é muito provável que haja prejuízo, ao passo que 53% responderam ser improvável.

85% dos oficiais de último posto responderam que é muito provável que haja prejuízo, ao passo que 15% responderam ser improvável.



13 - Objetivo: Verificar com os Comandantes dos Batalhões da Polícia Militar do Paraná, sobre a probabilidade do Comandante do DPM conhecer todas as implicações constitucionais e infraconstitucionais decorrentes do desempenho da nova missão...

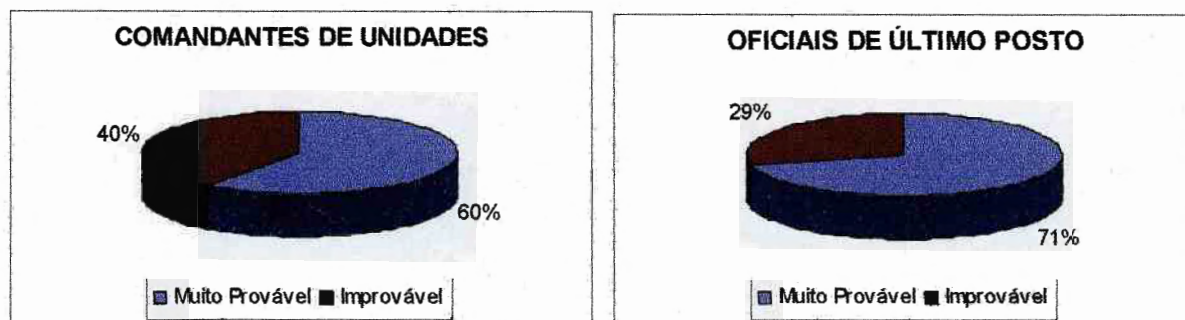
Muito provável

+	+	+	0	-	-	-
3	2	1		1	2	3

Muito improvável

60% dos Comandantes de Unidades responderam que é muito provável que os Comandantes não tenham conhecimento, enquanto que 40% responderam ser improvável que não tenham conhecimento.

71% dos oficiais de último posto responderam que é muito provável que os Comandantes de Destacamentos de Polícia Militar não tenham conhecimento, enquanto 29% responderam ser improvável que não tenham conhecimento.



14 - Objetivo: Verificar com os Comandantes dos Batalhões da Polícia Militar do Paraná, sobre a probabilidade do Comandante do DPM não estar satisfeito no desempenho da nova missão...

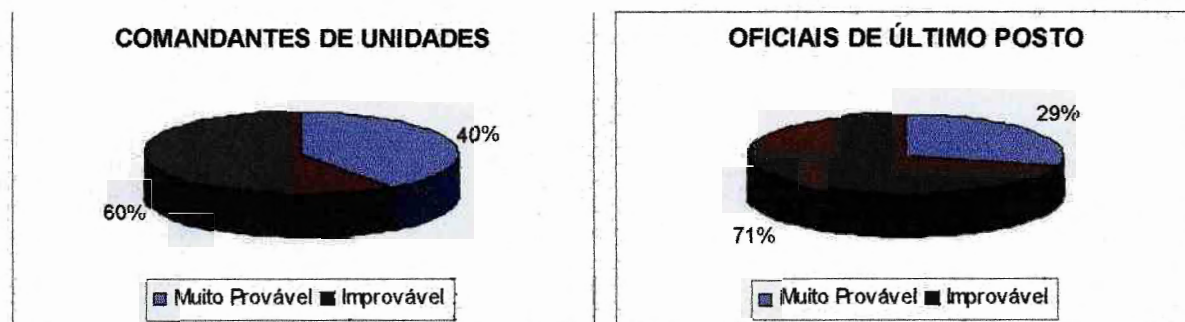
Muito provável

+	+	+	0	-	-	-
3	2	1		1	2	3

Muito improvável

40% dos Comandantes de Unidades responderam que é muito provável que os Policiais-Militares não estejam satisfeitos, sendo que 60% acham improvável que os Comandantes não estejam satisfeitos.

29% dos oficiais de último posto responderam que é muito provável que os Policiais-Militares não estejam satisfeitos, sendo que 71% acham improvável que os Comandantes não estejam satisfeitos.



15 - Objetivo: Verificar com os Comandantes dos Batalhões da Polícia Militar do Paraná, sobre a probabilidade dos Policiais-Civis estarem insatisfeitos com a nova situação...

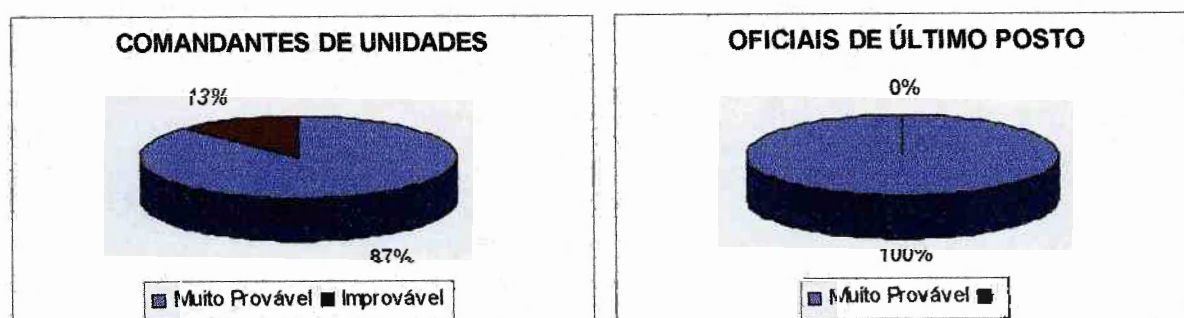
Muito provável

+	+	+	0	-	-	-
3	2	1		1	2	3

Muito improvável

87% dos Comandantes de Unidades responderam que é muito provável que os Policiais-Civis estejam insatisfeitos, sendo que somente 13% responderam ser improvável.

100% dos oficiais de último posto responderam que é muito provável que os Policiais-Civis estejam insatisfeitos.



16. Qual a nota que daria para a prestação do serviço da PMPR antes de assumir a nova função junto à Delegacia?

0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10

Feita a média entre os Comandantes de Unidades , obteve-se o seguinte resultado: **7,0**.

Já na média entre os oficiais de último posto, chegou-se ao resultado de **7,7**.

17. Qual a nota que daria para a prestação do serviço da PMPR depois de assumir a nova função na Delegacia?

0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10

Feita a média entre os Comandantes de Unidades, deu-se o seguinte resultado: **6,0**.

Já na média entre os oficiais de último posto, chegou-se ao resultado de **6,4**.

As conclusões finais a que se chegou na presente pesquisa, demonstram claramente várias nuances que explicitam o problema em questão, como a diminuição do desempenho Policial-Militar, que se tornou ruim ou muito ruim, apesar de o relacionamento com os policiais civis e com o Poder Judiciário ser bom ou muito bom.

Ficou pautado pelos Comandantes de Unidades e oficiais de último posto que é provável haver uma menor confiabilidade no serviço preventivo prestado; também há a utilização de recursos e materiais da Polícia Militar para as atividades de polícia judiciária, além ainda de um desvirtuamento das atividades normais de um Comandante de Destacamento Policial Militar. Pode, ainda, ocorrer por parte dos sargentos uma maior preocupação nas atividades de Polícia Civil e também que possa haver prejuízo a uma das duas missões. Pautou-se ainda a presente pesquisa na comprovação de que é muito provável que os sargentos não conheçam a fundo a legislação constitucional e infraconstitucional.

Por fim, identificou-se que é provável que os sargentos estejam satisfeitos com a nova missão, é também muito provável que os policiais civis estejam insatisfeitos com esta nova situação.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Assim, extraem-se, de tudo o que disse, as seguintes reflexões:

Os militares estaduais da ativa, também designados de policiais-militares, não podem exercer qualquer outra atividade profissional, salvo aquelas consideradas, pela legislação federal vigente, como de natureza ou de interesse policial-militar;

A atividade de atendimento das Delegacias de Polícia Civil não está catalogada na legislação vigente como de natureza ou de interesse policial militar e seu exercício cumulativo com as funções policiais-militares não legitima tal situação;

Apenas os oficiais-médicos da área de saúde podem exercer outro cargo ou emprego público de médico. Mesmo assim, caso já o exercessem antes de 05 de outubro de 1988.

Além de tudo isso, os militares nomeados para cargo ou emprego público permanente – como no caso em discussão – estarão sujeitos a *ex-officio*, com base no inciso II, § 3º do artigo 142 da CF. Como a maioria não deve contar com mais de vinte e cinco anos de serviço ativo, à inclusão, de acordo com o Código da Polícia Militar, na reserva não-remunerada.

Além da determinação governamental estar eivada de ilegalidade, o policial-militar, indicado para o exercício de atividade nas condições fixadas no Decreto nº 1557, de 09 de julho de 2003, corre o risco de perder a graduação que ocupa na Polícia Militar.

Tal fato poderá ocorrer mediante uma ação civil pública contestando a decisão do Governo do Estado ou, então, mediante uma ação judicial impetrada por graduado para provocar a abertura de vaga no respectivo quadro, com vistas a uma promoção.

Ficou amplamente evidenciado com os relatos dos Comandantes de OPMs da PMPR e Oficiais da Ativa, que as atividades da PMPR não podem apresentar-se simultaneamente com as da Polícia Civil, uma vez que houve uma insatisfação generalizada dos que responderam aos questionários em relação ao patrulhamento

preventivo nas ruas após o desenvolvimento da nova missão por parte dos Comandantes dos Destacamentos Policiais Militares, o que acarretou imediata falta de confiança no serviço prestado.

Nossa principal missão constitucional, que é a prevenção, acaba por se desvirtuar, uma vez que a figura do Comandante do Destacamento não consegue desempenhar duas funções sem com isso prejudicar uma delas.

Além disso, há uma notória insatisfação nos quadros da Polícia Civil, uma vez que se cogita a hipótese de uma ação judicial por parte dos policiais civis contra esta afronta às Legislações vigentes.

Propõe-se, ainda, a utilização de Subtenentes e Sargentos, bem como agentes e escrivães de Polícia, que se encontram aposentados.

Tal proposta é subsidiada pelo fato de desses profissionais terem adquirido com o tempo de serviço larga experiência na área de Segurança Pública, amenizando assim a falta de efetivo da Polícia Civil, sem com isso prejudicar as atividades de polícia ostensiva na preservação da ordem pública, asseguradas pela Constituição Federal à Polícia Militar.

A sociedade espera dos poderes constituídos ações que viabilizem uma melhora plena no campo da segurança pública. Temos que ter o discernimento e a serenidade necessária para encontrarmos saídas eficazes, eficientes e legais para resolvermos o problema da falta de material humano, sem com isso prejudicarmos o serviço talvez mais importante para a população, que é o da *Prevenção*.

5 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL, Constituição da República Federativa do. Promulgada em 05 out 1988. Senado Federal, Centro Gráfico, Brasília: 1988. 292 p.

ESPIRITO SANTO, Alexandre do. **Delineamento de Metodologia Científica**. São Paulo: Loyola, 1992, 174 p.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo Dicionário da Língua Portuguesa**. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986, 1838 p.

LAZZARINI, Alvaro. **Código de Processo Penal Brasileiro**. Ed. Revista dos Tribunais, 1999.

PARANÁ. Departamento de Polícia Civil do Estado do. Escola Superior de Polícia Civil. Subdivisão de Ensino. Projeto nº 598 C.1.14. 01/2003/E.S.P.C./PR. **Curso de Capacitação de Sargentos da Polícia Militar do Paraná sobre a Gestão da Unidade Policial Civil**. Curitiba: Junho de 2003. 8p.

PARANÁ, Governo do Estado do. Decreto Estadual nº 1557/03. **Atribui a Subtenentes ou Sargentos combatentes o atendimento nas Delegacias de Polícia nos Municípios que não contem com esse servidor de carreira da Polícia Civil**. Curitiba. Julho de 2003. 3p.

PARANÁ. Governo do Estado do. Decreto nº 2.898 de 19 de Maio de 1998. **Aprova o Regulamento da Secretaria de Estado da Segurança Pública – SESP**. Curitiba. 2003. 16p.

PARANÁ. Governo do Estado do. Secretaria da Segurança Pública. Resolução nº 286/03. **Implementação da atuação dos policiais militares designados para o atendimento de Delegacias de Polícia, nos termos do Decreto nº 1557, de 09 de julho de 2003**. Curitiba. Julho de 2003. 1p.

PARANÁ. Governo do Estado do. Lei Estadual nº 6.774, de 08 de Janeiro de 1976. **Lei de Organização Básica da PMPR**. Curitiba. 1988. 03, 22p.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ. **Normas para apresentação de trabalhos**. 6. ed. - Biblioteca Central, Curitiba: Editora da UFPR, 1996.

VALLA, Wilson Odilley. **Deontologia Policial Militar – Ética Profissional**. 3ª Edição, 1998.

VALLA, Wilson Odirley. **Sargentos Comandantes de Destacamentos da Polícia Militar e a Acumulação de Cargos em Delegacias da Polícia Civil**. Parecer. Curitiba. 2003: p. 4

6 ANEXO – ANTEPROJETO

Nome: MOREIRA, Carlos Alberto Buhner Objeto de estudo: O policial militar nas atividades de Polícia Judiciária Contexto: PMPR Clência principal: Direito Constitucional Clências correlatas: Direito Administrativo.		Situação problematizadora: O PM no desempenho de atividades de Polícia Judiciária no Paraná. Provocar rejeição e ações judiciais por parte da Polícia Civil, o que nos leva a refletir sobre a aplicabilidade, legalidade e o conflito de legislações que regem o assunto.		
Problema de pesquisa: Qual a validade e os reflexos dos atos praticados por policiais militares no desempenho de Polícia Judiciária??				
Ponto de vista a defender: O possível desvirtuamento da atividade policial militar, bem como utilização de meios para as atividades de polícia judiciária e ainda um menor desempenho do serviço preventivo..				
Objetivo geral: Subsidiar o Comandante Geral da Polícia Militar do Paraná em processo decisório.				
Objetivos específicos:	Metodologia:	Revisão de Literatura:	Desenvolvimento:	Considerações finais:
➤ Analisar a legislação Federal e Estadual	➤ Pesquisa bibliográfica e documental	➤ Avaliação do curso de capacitação dos sargentos da PMPR na gestão da Unidade Policial Civil; ➤ Visão constitucional das atividades da Polícia Militar ➤ Visão infraconstitucional das atividades da Polícia Militar e Polícia Civil. ➤ Emprego legal da Polícia Militar no campo da Segurança Pública. ➤ Visão da Lei de Organização Básica – Decreto 667/69. Decreto nº 88.777 – R200..	Descrição de artigos e demais visões legais à respeito do assunto.	Avaliação: 1. O problema pesquisado e a hipótese de trabalho estão claros e delimitados? 2. Reúne informações suficientes e pertinentes? 3. A metodologia está articulada com o problema de pesquisa? 4. A metodologia e a tese que defende estão sustentadas pela teoria? 5. Confronta as fontes de informação? 6. Toma posição e formula juízo crítico? 7. Até que ponto consegue colocação original superando a pura retomada de texto dos autores? 8. Recomenda novas pesquisas? 9. Segue as regras? 10. Atende as datas?
➤ Avaliar o desvirtuamento da função do Comandante do DPM.	➤ Pesquisa documental, diretrizes de Comando existentes, instrumental e coleta de dados.	➤ Visão dos Cmt's DPM sobre a acumulação de cargos em Delegacia da Polícia Civil. ➤ Questionamentos sobre a percepção dos coronéis de último posto e dos Comandantes de Unidades sobre o desempenho da função de atendentes às Delegacias por Sargentos da ativa	Avaliação dos resultados obtidos e tratamentos estatísticos	